

José Manuel Barroso

Presidente da Comissão Europeia

Reforçar a Europa dos Cidadãos

Check Against Delivery
Seul le texte prononcé fait foi
Es gilt das gesprochene Wort

Comemorações do dia 9 de Maio

Centro Cultural de Belém, 8 Maio 2006

Senhor Presidente,

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Quase doze anos depois da revolução democrática do 25 de Abril, a História tinha de novo encontro marcado com Portugal. O nosso País tornava-se membro de pleno direito da Comunidade Europeia. Guardo recordação pessoal intensa desse grande momento para Portugal e para a Europa.

Essa memória ficará indissociavelmente ligada à nossa comemoração de hoje e enriquecida pela oportunidade que me é dada de fazer esta intervenção na presença de Sua Excelência o Presidente da República.

Foi sob os seus Governos que Portugal viveu os dez primeiros anos do seu compromisso europeu. E é útil constatar que o forte consenso político em torno do reencontro de Portugal com a Europa se consolidou e reforçou ao longo desse período e se projectou para o futuro. Hoje faz parte integrante do património da democracia portuguesa.

A adesão de Portugal à Comunidade Europeia representou o termo de um capítulo iniciado com a Revolução do 25 de Abril. Tendo reconquistado a liberdade, Portugal optava conscientemente pela Europa para consolidar a sua democracia. A Europa, por seu lado, acolhia com solidariedade exemplar um membro de pleno direito da sua família.

A adaptação estrutural, a modernização económica, a subida dos níveis de desenvolvimento social e cultural que se seguiram não têm precedentes na história do nosso País. É certo que ainda há hoje muito por fazer. Mas também é certo que Portugal só pode felicitar-se com o êxito da sua integração na Europa.

Basta olhar para o longo caminho percorrido em vinte anos para avaliar a dimensão desse êxito.

A integração europeia contribuiu decisivamente para a estabilização do regime democrático e aumentou de maneira radical a influência de Portugal no mundo. Para mostrar a magnitude da mudança, basta lembrar que a questão de Timor-Leste passou, de causa portuguesa a ser também de certo modo uma causa europeia.

Por outro lado, a integração favoreceu um crescimento impressionante da economia. Em grande medida graças à solidariedade europeia, o bem-estar económico e social dos portugueses aumentou muito. A integração na Europa fez-nos recuperar muito do tempo perdido: em poucos anos, o nosso país recuperou várias décadas de atraso, atingindo um nível de desenvolvimento mais próximo do dos seus parceiros assistindo-se a uma modernização da sociedade e do Estado.

A nossa integração europeia foi um êxito para Portugal e foi também um êxito para a Europa.

Portugal – tal como Espanha, que também entrou na Europa em 1986 e que associa plena e implícitamente a esta comemoração - trouxe trunfos muito importantes para a Comunidade: as suas relações privilegiadas com a África, a América Latina e todo o espaço cultural da lusofonia e da língua castelhana.

A nossa adesão proporcionou à Europa uma visão mais alargada das relações internacionais e permitiu também reforçar a vocação mediterrânica e atlântica do continente.

Contudo, para mim, antes de mais, o casamento feliz de Portugal com a Europa mede-se pelo empenhamento europeu do nosso país. O projecto europeu foi vivido como um projecto nacional.

A participação activa na implementação do Acto Único e do Mercado Interno europeu, a vontade de entrar na zona do euro desde o início são mais reveladoras do que qualquer profissão de fé.

A adesão ao Acordo de Schengen ilustra a determinação do país para levar tão longe quanto possível a sua integração europeia. O contributo activo de Portugal para o debate sobre a Europa constitui outro exemplo. Desde 1986 sucessivos governos portugueses têm zelado porque Portugal esteja sempre na primeira linha de iniciativas da União que reforcem a solidez e profundidade do projecto europeu. A posição geográfica periférica de Portugal no continente europeu foi politicamente corrigida com uma centralidade inquestionável, e hoje em dia bem evidente, no seu posicionamento relativamente ao processo da integração europeia. E o facto de Portugal, como a Espanha, terem demonstrado que é possível a países não fundadores ocuparem posições de vanguarda no que concerne à integração política foi um contributo precioso para a integridade do projecto europeu e constitui uma lição que os novos Estados-membros, devem seguir no seu melhor interesse e no interesse da Europa alargada.

E como vai a Europa hoje?

Já sei, já estou a ouvir a palavra que os europeus em geral – e os Portugueses em especial – tanto apreciam, a palavra “crise”. A opinião convencional é definitiva: A Europa está em “crise”.

Diga-se desde já que se trata de uma opinião em nada original, pois é difícil encontrarmos um período da História da Europa em que não se fale de crise e não me refiro apenas ao processo de integração europeia e à sua cíclica caracterização por termos tão negativos como os de “euroesclerose”. Já em 20 de Março de 1888, num artigo publicado n' O Repórter, dizia Eça de Queiroz: “A *”crise” é a condição quase regular da Europa*”. E nesse mesmo artigo, onde criticamente Eça expunha a situação das potências europeias – e não resisto a citar o que diz do nosso País: “*No nosso canto, com a azulada doçura do nosso céu carinhoso a contente simplicidade da nossa natureza meio árabe (duas máximas condições para a felicidade na ordem social), nós temos, ao que parece, todas as enfermidades da Europa, em proporções várias, - desde o défice desconforme até esse novo partido anarquista que cabe todo num banco da Avenida*” – aquele notável Autor acrescentava: “*Todos sofrem de uma crise industrial, de uma crise agrícola, de uma crise política, de uma crise social, de uma crise moral*”. E, seguidamente Eça explicava, contra aqueles que sustentavam que “*A situação da Europa é medonha. Sob as crises que a sacodem, já a máquina se desconjunta. Nada pode deter o incomparável desastre*”, que “ *todavia, no fundo a situação é simplesmente normal. Natural e normal, e para ninguém pode ter terrores*”

E hoje? Haverá razões para pensarmos que a máquina europeia se desconjunta e que a situação da Europa é medonha? Vejamos.

É certo que o fracasso dos referendos francês e neerlandês em 2005 lançou uma sombra sobre a Europa.

Alimentou dúvidas e perplexidades em relação ao projecto europeu, ou mesmo um pessimismo ou um cinismo que por vezes parece de bom tom. E o resultado dos referendos tem sido aproveitado demagogicamente por arautos de um certo nacionalismo.

Perante alguns factos imediatos – e mediáticos - não devemos perder de vista as tendências profundas, a visão de médio prazo e as realizações concretas que, para além do ruído de cada dia, são aquilo que vai fazendo avançar a integração europeia.

A Europa é uma construção em movimento, cuja dinâmica cria inevitavelmente resistências. Mas o facto de encontrar resistências não quer dizer que não haja avanços nesse movimento. E é normal e natural que num processo de tamanha complexidade surjam problemas.

A realidade é que temos vindo a superá-los. A realidade é que, a despeito de contratempos, a União Europeia mantém o seu rumo e avança.

Tirando partido da globalização, de que a União Europeia é um actor de primeiro plano devido à maturidade do seu projecto, temos vindo a tomar relevantes iniciativas políticas, e resolvido questões concretas muito importantes.

Gostaria de invocar perante vós uma lista de realizações recentes.

Em primeiro lugar, dotámo-nos dos meios financeiros necessários para os próximos sete anos. Precisávamos de estabilidade orçamental para garantir os recursos necessários à União durante os próximos anos. A Comissão empenhou-se activamente na obtenção de um acordo sobre as Perspectivas Financeiras 2007-2013 entre as três instituições europeias; o Parlamento, o Conselho e a Comissão. E esse acordo foi conseguido, dando resposta a uma questão que, se não fosse resolvida, afectaria de forma negativa e determinante os 450 milhões de cidadãos europeus. O acordo renova o compromisso com o princípio fundamental da coesão económica e social. E contém uma cláusula de grande importância estratégica que permitirá rever as estruturas do orçamento da União Europeia a meio do percurso, ou seja, em 2008-2009.

A Comissão apresentará então novas propostas sobre o financiamento da União, face aos desafios futuros.

Também revimos o Pacto de Estabilidade e Crescimento, para evitar novos bloqueios. Tornando-o mais flexível, reforçamos a sua credibilidade.

De seguida e acima de tudo, os 25 tomaram uma decisão política essencial, relançando a **“segunda geração” da Estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego** no Conselho Europeu da Primavera de 2005.

Ao tornar o crescimento e o emprego a sua prioridade, a União definiu um conjunto de objectivos ambiciosos – reforma económica, modernização social, fomento do espírito empresarial e competitividade através da inovação e do investimento maciço no ensino e na investigação.

Mas a grande inovação é que foi instituída uma governação da estratégia de Lisboa, concebida pela Comissão Europeia. Trata-se de um mecanismo eficaz de acompanhamento. Os Estados-Membros, para darem seguimento tangível aos seus compromissos, apresentaram os seus programas nacionais de reforma, que foram objecto de uma avaliação pela Comissão. Cabe-nos a todos, agora, executar esses programas, ou seja, executar as reformas necessárias em cada Estado-Membro para uma economia mais dinâmica e criadora de emprego e riqueza.

A nossa ambição de desenvolvimento sustentável traduz-se também em políticas de luta contra a exclusão e a pobreza, de protecção do ambiente ou ainda de fomento das energias que respeitam o ambiente.

Por último, pretendemos responder a um pedido premente dos nossos cidadãos: garantir a sua segurança. Este pedido cobre toda uma série de domínios – a energia, para velar pela fiabilidade do nosso abastecimento; a saúde, para fazer face às pandemias; o ambiente, para lutar em conjunto contra os riscos que ignoram fronteiras; e o combate ao terrorismo, que exige uma estratégia de cooperação europeia.

Permito-me insistir em que o acordo político alcançado quanto à “directiva serviços” constitui também um enorme passo em frente: trata-se de criar um poderoso mercado interno aberto aos serviços. Serviços que, como todos sabemos, representam hoje em dia o grosso do PIB da União.

A Comissão Europeia propôs igualmente ao Conselho Europeu de Março uma estratégia energética comum para a Europa. Gostaria de recordar que esta proposta inovadora constituiu mais um marco na aproximação dos 25. Parte de uma constatação simples: os desafios energéticos do século XXI exigem uma acção europeia comum.

Para fazer face a uma procura crescente, aos preços elevados e instáveis da energia, a uma dependência cada vez maior relativamente às importações e às alterações climáticas, a Europa deverá exprimir-se de uma só voz na cena internacional, o que lhe permitirá ter a influência que deve ter, nomeadamente a nível da oferta e da segurança do abastecimento.

Será através de resultados concretos que demonstraremos uma verdade muito simples: a União Europeia é um actor de pleno direito e de primeiro plano da globalização. Esta, que tanto receio inspira a muitos dos nossos cidadãos, não é causada nem agravada pela União Europeia.

Pelo contrário, a União Europeia, pela sua dimensão e pela sua capacidade de coesão, detém a chave para gerir as pressões da globalização e aproveitá-las a seu favor.

Dispõe da massa crítica para nos permitir fazer face a dificuldades que nenhum Estado-Membro poderá superar sozinho. Oferece uma fonte de sinergias múltiplas. É assim há muitos anos no comércio internacional. É por esta razão que queremos **construir dia após dia, com tenacidade e determinação, uma Europa de resultados.** É através de realizações concretas que reforçaremos os nossos laços com os cidadãos e que os poderemos mobilizar.

Mas só obteremos bons resultados se as nossas políticas inspirarem confiança aos Europeus. É preciso tranquilizar os cidadãos naquilo que são as suas legítimas preocupações. É preciso dizer-lhes que, neste momento, mesmo sem a Constituição, a Europa continua a funcionar. É preciso dar provas da capacidade de coesão das nossas sociedades. É preciso demonstrar as vantagens e o papel insubstituível da Europa na era da globalização.

E agora ?

Agora, e por fim, devemos dar resposta à questão de fundo: que futuro queremos para a Europa ?

Para responder a esta pergunta, iniciámos um período de reflexão após os referendos em França e na Holanda. Este período foi acompanhado de uma vasta campanha junto dos cidadãos a quem perguntámos que tinham a dizer-nos sobre «a sua» Europa, a Europa das suas aspirações. Esta campanha foi baptizada «Plano D: Democracia, Diálogo e Debate». Lançada em todos os Estados-Membros, é prosseguida na Internet através de um fórum de discussão aberto a todos sobre as questões europeias.

Aproveitámos o período de reflexão para orientar toda a nossa vontade política para as grandes preocupações dos cidadãos: o crescimento, o emprego, a segurança e a estabilidade e uma União Europeia mais forte na cena mundial.

Para fazer um balanço deste período de reflexão e preparar a nossa contribuição para o debate dos Chefes de Estado e Governo no Conselho Europeu do próximo mês de Junho, reuni há dias o conjunto dos Comissários num seminário informal. Apresentarei o resultado da reflexão da Comissão Europeia sobre o futuro da Europa depois de amanhã, 10 de Maio, em Bruxelas.

Posso desde já dizer-vos, no entanto, que adoptámos uma abordagem de bom senso, isto é, dissociámos o avanço dinâmico da União de um consenso sobre a questão institucional que não parece perfilar-se no horizonte próximo.

Reconheçamos que talvez ainda não se encontrem reunidas as condições políticas para alcançar um acordo. Mas podemos fazer mais e melhor com os Tratados em vigor. Repito-o, acredito que é tomando medidas eficazes em domínios importantes para os cidadãos europeus que obteremos destes o apoio e o consentimento necessários para resolver posteriormente os problemas institucionais.

A Comissão tem a convicção de que se deve definir uma “agenda europeia positiva” baseada em políticas concretas e mobilizadoras, de cujos resultados todos os cidadãos se dêem conta.

Pretendemos fazer avançar as medidas económicas e sociais lançadas no âmbito da Estratégia de Lisboa para dar resposta às preocupações principais – e legítimas – dos cidadãos.

Pretendemos conferir ao princípio da subsidiariedade toda a importância que merece na elaboração das políticas. Pretendemos prosseguir as acções iniciadas para “legislar melhor”, para reduzir o peso administrativo imposto às empresas, nomeadamente às PME, e para reforçar a transparência nas relações entre cidadãos e instituições europeias.

Através destas acções, queremos afirmar a nossa vontade de simplificar, consultar, associar e prestar contas, para estabelecer uma indispensável relação de confiança com os cidadãos.

A segurança é cada vez mais uma preocupação dos cidadãos europeus. Mas é uma preocupação acompanhada de uma certeza, claramente expressa durante os debates do último ano: a resposta mais eficaz no domínio da segurança é a resposta europeia. Os cidadãos reclamam mais Europa para combater o terrorismo e a criminalidade organizada. Temos o dever de responder a este apelo, com ou sem Constituição.

É por essa razão que lhes posso anunciar hoje que é intenção da Comissão Europeia propor aos Chefes de Estado e Governo da União que utilizem plenamente as possibilidades previstas nos actuais Tratados para transferir para o domínio comunitário grande parte das decisões em matéria de justiça, liberdade e segurança cujo tratamento à escala europeia se mostre mais eficaz do que à escala nacional. A Comissão irá pois propor formalmente que determinadas acções do chamado “Terceiro Pilar” (Cooperação policial e judicial em matéria criminal) passem a estar sujeitas ao regime comunitário. Tal decisão representará um avanço substancial na nossa capacidade de encontrar respostas comuns para problemas comuns e uma demonstração adicional de que, se existir vontade política, podemos aprofundar o projecto europeu e responder concretamente às aspirações dos cidadãos, contribuindo assim para aumentar os níveis de confiança e viabilizar a prazo a necessária reforma institucional.

O alargamento é uma questão central no actual debate europeu. A Europa não pode nem deve fechar as suas portas. Deve manter os compromissos assumidos – continuando a ser extremamente cautelosa e exigente quanto ao cumprimento dos critérios necessários a novas adesões.

O próximo alargamento será, à imagem dos anteriores, nomeadamente o de 2004, um êxito. De nada serve um discurso abstracto sobre os “limites” da Europa. Como diz com elegância Agustina Bessa Luís: “*Os limites de todas as coisas são mais diáfanos do que se julga*”. Importa, isso sim, afirmar uma decisão política sobre até onde estamos dispostos a projectar os nossos valores e a nossa solidariedade neste amplo espaço europeu.

O alargamento constituiu sempre uma resposta da Europa a desafios estratégicos. E a História não só demonstrou que esta resposta é a resposta adequada, mas também que ela vem sempre acompanhada de uma dinâmica que confere ao espaço alargado uma capacidade maior de a Europa se afirmar como potência.

Considero portanto ser mais essencial do que nunca, na situação em que nos encontramos actualmente, preservar o espírito de abertura, de compromisso e de ambição que sempre nos animou para continuarmos a construir o edifício europeu, em permanente evolução.

A Europa reforçar-se-á nos próximos anos. No contexto da globalização, os cidadãos compreenderão cada vez melhor a justificação, a legitimidade, o «valor acrescentado» e o carácter indispensável da dimensão europeia.

Estou seguro de que Portugal, com a sua tradição política de mobilização transpartidária a favor da Europa, desempenhará nesta evolução um papel essencial.

Permanecerá na vanguarda do projecto europeu de coesão económica e social e reafirmará a sua adesão aos valores e ao aprofundamento da construção europeia.

Senhor Presidente da República, Minhas Senhoras e meus Senhores:

Por estas e por muitas outras razões é que estou realmente convencido de que não têm razão os pessimistas e os cépticos que actualmente sustentam, como diria Eça, que “*a máquina se desconjunta e que a situação da Europa é medonha*”. Neste nosso caminho para uma União Europeia cada vez mais forte poderemos ter problemas, é certo, mas, se houver determinação e vontade política poderemos afirmar como o genial Autor português do século XIX, que quando “*se vir mais claro num céu mais limpo, reconhecer-se-á que, em suma, a humanidade deu outro passo decidido para a frente, no caminho da justiça e no caminho do saber*”